

Handwritten marks and signatures in the top right corner, including a checkmark, a signature, and the letter 'R'.



# Relatório e Contas

Exercício 2025



*“Servir com coragem no presente, preparar com responsabilidade o futuro.”*

Mensagem do Presidente

Caros Associados,

Apresentamos-vos o Relatório e Contas de 2025, um momento essencial de transparência, responsabilidade e prestação de contas.

O ano de 2025 decorreu num contexto ainda marcado por incerteza económica e internacional, com impacto nos custos, nos recursos disponíveis e nas exigências colocadas às instituições. Apesar deste enquadramento, a Associação respondeu com rigor, equilíbrio e sentido de responsabilidade.

Este foi um ano de continuidade e consolidação. Iniciámos um novo mandato, reforçando o compromisso com uma gestão sustentável, com a valorização das pessoas e com uma resposta operacional cada vez mais exigente e qualificada.

Os resultados alcançados refletem uma organização mais sólida, com crescimento da atividade, reforço dos meios e um desempenho económico-financeiro positivo, sustentado numa gestão prudente e responsável.

Mas mais importante do que os números é o que eles representam: o trabalho, a dedicação e o espírito de missão de todos — bombeiros, colaboradores, órgãos sociais, parceiros e associados.

Acreditámos e persistimos na mudança. Com compromisso, zelo e dedicação, continuaremos a unir esforços e a ousar transformar a Associação, para melhor servir a comunidade.

Em paralelo, continuaremos a afirmar a nossa exigência de reconhecimento e apoio institucional, essenciais para valorizar o papel da Associação e do seu Corpo de Bombeiros como referência na comunidade.

A palavra final é de esperança — uma esperança assente na confiança nas pessoas: no comando e no seu corpo ativo, na equipa de gestão, nos colaboradores, nos associados e nos amigos. Uma esperança que se renova com energia, com sentido de responsabilidade e com a ambição de fazer sempre melhor.

O Presidente

João Vasco Ribeiro

Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Coimbra, 25 de março de 2026



# RELATÓRIO DE GESTÃO


No cumprimento das disposições Estatutárias, a Direção da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Coimbra, vem apresentar e submeter o Relatório de Gestão e Contas relativo ao exercício de 2025, para que seja apreciado pelo órgão deliberativo a correspondente Conta Anual da Associação.

Este é, sem dúvida, um ato da maior importância e significado para a nossa Instituição, no qual, de uma forma responsável e transparente, a direção apresenta a seu desempenho do ano económico que agora termina, permitindo aos nossos Associados a sua avaliação.

Este é, também, o momento oportuno para que os Senhores Associados possam questionar-nos sobre matérias que suscitem dúvidas e/ou preocupações e sugerir a adoção de medidas que entendam mais adequadas para a nossa Associação.

Este relatório tem como objetivos:

1. Explicitar os aspetos mais relevantes da atividade financeira da Instituição, no que concerne ao desempenho económico e financeiro, nos domínios dos rendimentos/receitas, dos gastos/despesas e de tesouraria;
2. Apresentar a situação económica e financeira relativa ao período, analisando a evolução da gestão nos diferentes setores da atividade, designadamente no que respeita ao investimento, dívidas de curto prazo, médio e longo prazos, financiamento externo e condições de funcionamento;

- 
3. Apresentar as demonstrações financeiras do período de 2025, elaboradas no âmbito da Normalização Contabilística para as Entidades do Setor Não Lucrativo (ESNL).

Neste momento em que se avalia a capacidade de execução que foi proposta em Plano de Atividades e Orçamento, confronta-se o que se propôs para o exercício de 2025 com o que foi efetivamente realizado pela Direção.

### AGRADECIMENTOS

No decurso do exercício das nossas funções sempre encontramos nos Associados, Colaboradores da Instituição, nos Fornecedores, nos Parceiros, na Autoridade de Proteção Civil, na Câmara Municipal de Coimbra e na população em geral, boa colaboração e o empenhamento necessários para ultrapassar as dificuldades.

Espera assim, a Direção da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Coimbra (AHBVC) com a maior humildade, que os Senhores Associados se revejam nestes documentos, esperando igualmente merecer a aprovação deste relatório e contas relativo ao exercício de 2025.

*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*

# Relatório de Atividades



A Direção, em conjunto com os restantes Órgãos Sociais, tomou posse em 30 de janeiro de 2025 para um segundo mandato, relativo ao Triénio 2025-2027, mantendo o compromisso de dar continuidade aos objetivos traçados na Candidatura SIM À VIDA.

Sempre com o espírito de união que caracterizou o primeiro mandato, no cumprimento das funções estatutárias que lhe cabem e com o compromisso de trabalharem para o propósito de garantir a sustentabilidade e transparência institucional, a operacionalidade do seu corpo de bombeiros e o envolvimento e participação cívica na cidade. Propósito que terá, por certo, que ir sendo afeiçoado às circunstâncias, sem nunca pôr em causa a finalidade humanitária da Associação, a sua missão e os seus valores.

Neste segundo mandato, foram mantidos os eixos estratégicos orientadores de todo o mandato anterior, a saber:

- I. Envolver a Associação e o seu Corpo Bombeiros, de forma ativa, participativa e reconhecida na vida da comunidade e da cidade e no apoio aos seus associados;
- II. Promover e valorizar Voluntários e Profissionais;
- III. Aproveitar a transição digital para a modernização administrativa;
- IV. Promover novos e inovadores serviços à comunidade n o âmbito da saúde e solidariedade social;

No contexto do Eixo Estratégico I, foram mantidas as ações para incentivar o conhecimento das atividades que são desenvolvidas diariamente pela Associação e uma tentativa de maior envolvimento e participação da comunidade nestas atividades.

Como resultado deste envolvimento, foram realizados diversos eventos de angariação de fundos para a AHBVC durante o ano de 2025, das quais podemos destacar a I Caminhada Solidária, com o lema "Amor com amor se paga", com cerca de 600 pessoas presentes, na Mata do Choupal, dinamizada

peleto St. Paul's School. Este último evento materializou-se num donativo de 14.000€, que será um importante contributo para a aquisição de um novo veículo de combate a incêndios florestais. Dado o sucesso do evento, o Colégio irá realizar uma segunda edição no ano de 2026.



Figura 1 - I Caminhada Solidária "Amor com amor se paga", dinamizada pelo St. Paul's School

Tivemos, ainda, a IV edição da Corrida Solidária realizada pelo Núcleo de Estudantes de Medicina da AAC, que neste ano reverteu a favor da AHBVC.



Figura 2 - IV edição da Corrida Solidária, dinamizada pelo Núcleo de Estudantes de Medicina da AAC

Em 2025, iniciamos ainda a nossa participação no Quartel Electrão, que tem como objectivo envolver as Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários na sensibilização da população para a reciclagem. Além da contribuição para a protecção do ambiente, há uma pequena compensação monetária.

Também, em 2025, realizamos a II Gala Solidária da AHBVC, que além da sua vertente de angariação de fundos, teve um novo momento chamado "Admirar

os Outros”, tendo sido homenageado José Gomes Canotilho, uma personalidade de relevo não só na cidade, mas no país.



Figura 3 - II Gala Solidária, no Convento São Francisco

No Eixo II, fizemos sólidos investimentos em recursos operacionais, nomeadamente na aquisição de 1 nova ambulância de Socorro, 1 Veículo Ligeiro de Combate a Incêndios com características rurais e 1 Veículo de Transporte de Pessoal. Na valorização do conforto dos bombeiros, foram adquiridos novos armários para todas as camaratas, juntamente com obras de correção de problemas nos balneários. Um investimento total que rondou os 240.000€, tendo sido suportado inteiramente pelos capitais gerados das operações e prestações de serviços, não tendo sido necessário recorrer a financiamentos bancários.



Figura 4 - Investimento em meios operacionais

Em termos de ocorrências, tivemos um aumento de aproximadamente 26% relativamente ao ano anterior, o que representa um crescimento consistente, visto ainda termos limitações de espaço, o que nos impossibilita de crescer em meios, como gostaríamos, possibilitando um maior aumento da operacionalidade.



Figura 5 - Evolução de Ocorrências

Com relação às Emergências Pré-Hospitalares, o aumento foi de 64.24%, o que se traduz numa média aproximada de 444 saídas por mês.

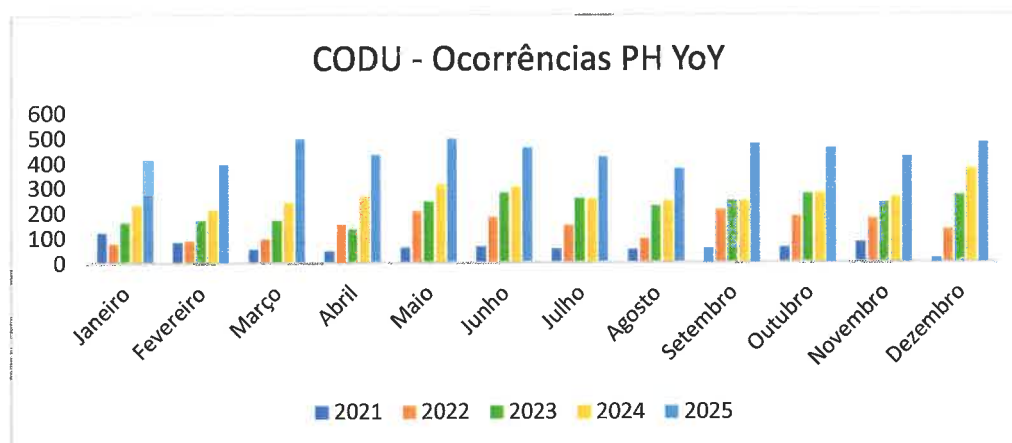


Figura 6 - Evolução de Ocorrências Pré-Hospitalares

No Eixo III, continuamos a apostar na digitalização dos procedimentos, bem como o investimento em uma rede interna, internet e telefone, com mais capacidade, mais fidedigna e com redundância de serviço.

Continuamos a incentivar as novas formas de pagamento dos serviços e quotas, como débito direto e referência multibanco, para facilitar a gestão administrativa e financeira. Como resultado, tivemos o melhor ano de sempre

com o pagamento de quotas, além de termos conseguido migrar muitos sócios para o pagamento automático.



Figura 7 - Evolução de Receitas com as quotas de associados

Além das iniciativas referidas, esta Direção sempre teve como compromisso a promoção da sustentabilidade económica e financeira da Associação, com a meta de manter sempre a despesa corrente controlada, aumentar a base de sócios pagantes, crescendo em receitas de serviços, sócios e donativos. Os compromissos foram alcançados, com um aumento significativo nas receitas, em comparação com o ano anterior, de quase 200.000€. Como tivemos alguma limitação de crescimento, por questões de espaço, fizemos o esforço operacional, de conseguirmos otimizar os rendimentos, o que resultou no melhor resultado do exercício a que temos acesso.



Figura 8 - Evolução dos Resultados Líquidos dos exercícios

Relativamente ao Eixo IV, no âmbito do Programa Sim à Vida, continuamos a acompanhar as famílias que estavam no Programa, contando, novamente, com a presença de alunos da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra.



## ÓRGÃOS SOCIAIS

	Cargo	Nome
ASSEMBLEIA GERAL	Presidente	Maria Isolina Pinto Mesquita
	Vice-Presidente	Paula Margarida Cabral dos Santos Veiga
	Secretários	Joana Cláudia Mendes S F Baptista José Maria Pinto Cruz Teixeira
DIREÇÃO	Presidente	João Vasco da Fonseca Jorge Ribeiro
	Vice-Presidente	Ana Teresa Almeida Santos
	Vice-Presidente	Alexandre Gomes da Silva
	1º Secretário	António Gomes Costa
	2º Secretário	Maria Emília Carvalho Homem
	Tesoureiro	Carlos Jorge Correia Balteiro
	Tesoureiro Adjunto	José Miguel Vasques dos Santos Franco
	Vogais	João Paulo Almeida Sousa Francisco Leitão Braga
CONSELHO FISCAL	Presidente	Daniel Martins Geraldo Taborda
	Secretário	João Ramallete Carvalho
	Relator	Nuno Paiva da Cunha



R.G

*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*

# ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA



## 1. ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

### Análise da Estrutura e do Balanço

O Balanço apresenta a posição do património da Associação, referente ao encerramento do exercício, estruturando-se através das massas do Ativo e do Passivo, desenvolvidas cada uma delas em agrupamentos que representam elementos patrimoniais homogéneos:

- O Ativo reconhece os bens e direitos, assim como os possíveis gastos diferidos;
- O Passivo reconhece as obrigações e os rendimentos diferidos;
- Fundos Patrimoniais, é a diferença entre o Passivo e o Ativo.

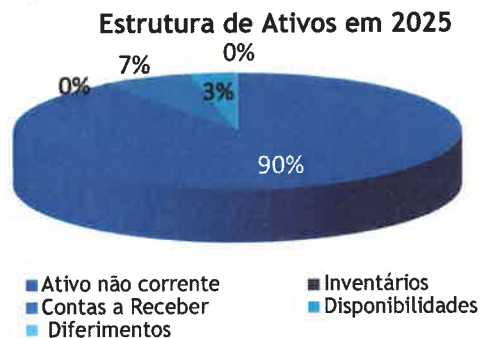
A estrutura da Associação, bem como a sua evolução no exercício 2025, face ao balanço final à data de 31/12/2025, é a que a seguir se apresenta:

Descrição	Exercício 2024		Exercício 2025		Variação Valor
	Valor	%	Valor	%	
Ativo não corrente	2 182 923,26	89,33%	2 268 144,69	89,94%	85 221,43
Existências		0,00%		0,00%	0,00
Dívidas de terceiros	62 816,61	2,57%	166 428,62	6,60%	103 612,01
Disponibilidades	195 475,90	8,00%	87 196,92	3,46%	-108 278,98
Diferimentos	2 450,15	0,10%	127,28	0,01%	-2 322,87
<b>Ativo</b>	<b>2 443 665,92</b>	<b>100,00%</b>	<b>2 521 897,51</b>	<b>100,00%</b>	<b>78 231,59</b>
Fundo Social	2 037 435,20	95,77%	2 108 094,45	91,34%	70 659,25
Resultados	89 926,45	4,23%	199 975,58	8,66%	110 049,13
Fundos Próprios	2 127 361,65	100,00%	2 308 070,03	100,00%	180 708,38
Dívidas a terceiros - M/L prazo	109 098,30	34,49%	21 335,68	9,98%	-87 762,62
Dívidas a terceiros - curto prazo	207 205,97	65,51%	192 491,80	90,02%	-14 714,17
Diferimentos		0,00%		0,00%	0,00
<b>Passivo</b>	<b>316 304,27</b>	<b>100,00%</b>	<b>213 827,48</b>	<b>100,00%</b>	<b>-102 476,79</b>

Tabela 1 – Balanço Análise da Estrutura 2024 vs. 2025

Pelos valores apresentados, constata-se que o Ativo aumentou cerca de 78 mil euros neste período, as disponibilidades diminuíram em 108 mil euros e os fundos próprios aumentaram cerca de 180 mil euros.

## Estrutura dos Ativos



Conforme se pode verificar graficamente, as variações mais significativas, em termos absolutos, ocorreram nas rubricas de Contas a Receber e Disponibilidades.

## Estrutura dos Fundos Patrimoniais



À data de 31 de dezembro de 2025, os Fundos Patrimoniais da Instituição eram de 2.108.094,45 euros. O Resultado Líquido do Período cifrou-se nos 199.975,58 euros positivos.

## Estrutura do Passivo

**Estrutura do Passivo em 2024**



**Estrutura do Passivo em 2025**



O Passivo da Associação resume-se a duas rubricas: contas a pagar a curto prazo, com 192.491,80 euros, onde se incluem rubricas como fornecedores e Estado, e contas a pagar a médio e longo prazo com 21.335,68 euros, onde se enquadram os empréstimos bancários e leasings.

## Demonstração de Resultados por Naturezas

No que respeita à atividade desenvolvida ao longo do ano económico, verificou-se um total de gastos no montante de 1.192.323,14 € e de rendimentos no valor de 1.392.298,72€. Desta situação resultou um resultado líquido positivo de 199.975,58€ que se reflete do seguinte modo:

Descrição	Exercício 2024		Orçamento 2025		Exercício 2025	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
<b>Gastos</b>						
Custo das mercadorias vendidas	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Fornecimentos e serviços externos	264 127,74	23,86%	322 777,40	25,75%	270 443,98	22,68%
Gastos com o pessoal	724 567,26	65,47%	771 048,89	61,50%	792 036,63	66,43%
Gastos de depreciação e amortização	114 064,35	10,31%	155 053,94	12,37%	126 605,21	10,62%
Perdas por imparidade	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Perdas por reduções de justo valor	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Provisões do exercício	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Outros gastos e perdas	97,56	0,01%	400,00	0,03%	438,77	0,04%
Gastos e perdas de financiamento	3 937,13	0,36%	4 396,72	0,35%	2 798,55	0,23%
<b>Total</b>	<b>1 106 794,04</b>	<b>100,00%</b>	<b>1 253 676,95</b>	<b>100,00%</b>	<b>1 192 323,14</b>	<b>100,00%</b>
<b>Rendimentos</b>						
Vendas	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Prestações de serviços	476 109,62	39,78%	220 000,00	16,64%	471 522,59	33,87%
Subsídios, doações e legados à exploraçã	679 039,94	56,74%	1 055 840,00	79,88%	900 039,69	64,64%
Reversões	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Outros rendimentos e ganhos	41 036,39	3,43%	45 337,55	3,43%	20 014,62	1,44%
Juros, dividendos e outros rendimentos	534,54	0,04%	600,00	0,05%	721,82	0,05%
<b>Total</b>	<b>1 196 720,49</b>	<b>100,00%</b>	<b>1 321 777,55</b>	<b>100,00%</b>	<b>1 392 298,72</b>	<b>100,00%</b>
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>	<b>89 926,45</b>		<b>68 100,60</b>		<b>199 975,58</b>	

Tabela 2 – Demonstração dos Resultados Executado vs. Orçamentado

Uma análise de estrutura permite-nos concluir que, em termos de custos, o maior peso se concentra nos gastos com Pessoal (66,43%), logo seguido dos Fornecimentos e Serviços de Terceiros (22,68%).

Relativamente aos rendimentos, verifica-se que a sua origem está repartida, maioritariamente, pelas prestações de serviços (33,87%) e Subsídios à Exploração (64,64%).

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS		Execução	Orçamento	Execução	Variação
Descrição		2024	2025	2025	orçamentado vs executado
<b>Gastos e Perdas</b>					
61	Custo das mercadorias vendidas	0,00	0,00	0,00	0,00
62	Fornecimentos e serviços externos	264 127,74	322 777,40	270 443,98	-52 333,42
63	Gastos com o pessoal	724 567,26	771 048,89	792 036,63	20 987,74
64	Gastos de depreciação e amortização	114 064,35	155 053,94	126 605,21	-28 448,73
65	Perdas por imparidade	0,00	0,00	0,00	0,00
66	Perdas por reduções de justo valor	0,00	0,00	0,00	0,00
67	Provisões do exercício	0,00	0,00	0,00	0,00
68	Outros gastos e perdas	97,56	400,00	438,77	38,77
69	Gastos e perdas de financiamento	3 937,13	4 396,72	2 798,55	-1 598,17
<b>Totais Classe</b>		<b>1 106 794,04</b>	<b>1 253 676,95</b>	<b>1 192 323,14</b>	<b>-61 353,81</b>

Tabela 3 – Gastos e Perdas (Executado vs. Orçamentado)

O total de gastos e perdas previstos, em sede de orçamento, para o período de 2025 foi de 1.253.676,95 euros. O realizado foi de 1.192.323,14 euros. Relativamente ao orçamento, regista-se um desvio negativo de 61.353,81 euros, ou seja, houve menos gasto do que foi orçamentado.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS		Execução	Orçamento	Execução	Variação	Variação
GASTOS		2024	2025	2025	2024 vs 2025	orçamentado vs executado
62	FORNECIMENTOS E SERV. EXTERNOS	264 127,74	322 777,40	270 443,98	6 316,24	-52 333,42
621	SUBCONTRATOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
622	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS	119 540,50	122 825,00	122 734,82	3 194,32	-90,18
6221	TRABALHOS ESPECIALIZADOS	41 081,17	24 000,00	38 399,31	-2 681,86	14 399,31
6222	PUBLICIDADE E PROPAGANDA	2 165,05	36 000,00	1 010,60	-1 154,45	-34 989,40
6223	VIGILANCIA E SEGURANÇA	781,42	1 200,00	1 239,21	457,79	39,21
6224	HONORÁRIOS (Cobreadores-Percentagem Quotizações)	18 001,35	18 000,00	17 310,65	-690,70	-689,35
6225	COMISSÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6226	CONSERVAÇÃO E REPARAÇÃO	53 081,44	37 625,00	62 581,53	9 500,09	24 956,53
6228	OUTROS - SERVIÇOS BANCÁRIOS	4 430,07	6 000,00	2 193,52	-2 236,55	-3 806,48
623	MATERIAIS	39 657,13	65 040,00	31 022,11	-8 635,02	-34 017,89
6231	FERRAM. E UTENS. DESSG. RAPIDO	37 820,62	60 000,00	27 792,36	-10 028,26	-32 207,64
6232	LIVROS E DOC. TÉCNICA/REVISTAS	0,00	240,00	27,00	27,00	-213,00
6233	MATERIAL DE ESCRITÓRIO	1 836,51	3 600,00	2 173,50	336,99	-1 426,50
6234	ARTIGOS PARA OBERTA	0,00	1 200,00	1 029,25	1 029,25	-170,75
624	ENERGIA E FLUIDOS	52 058,63	73 350,00	56 687,20	4 628,57	-16 662,80
6241	ELECTRICIDADE	10 367,96	12 000,00	12 927,54	2 559,58	927,54
6242	COMBUSTÍVEIS	39 460,87	57 150,00	41 657,36	2 196,49	-15 492,64
6243	AGUA	2 197,00	3 000,00	2 102,30	-94,70	-897,70
6248	OUTROS	32,80	1 200,00	0,00	-32,80	-1 200,00
625	DESLICAÇÕES, ESTADAS E TRANSPORTES	306,61	1 442,40	475,59	168,98	-966,81
6251	DESLICAÇÕES E ESTADAS	306,61	1 200,00	475,59	168,98	-724,41
6252	TRANSPORTES DE PESSOAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6253	TRANSPORTE DE MERCADORIAS	0,00	242,40	0,00	0,00	-242,40
626	SERVIÇOS DIVERSOS	52 564,87	60 120,00	59 524,26	6 959,39	-595,74
6261	RENDAS E ALUGUERES	412,66	600,00	120,00	-292,66	-480,00
6262	COMUNICAÇÃO	6 162,49	6 000,00	8 804,72	2 642,23	2 804,72
6263	SEGUROS	8 113,26	9 600,00	20 130,18	12 016,92	10 530,18
6265	CONTENCIOSO E NOTARIADO	0,00	0,00	59,55	59,55	59,55
6266	DESEBESAS DE REPRESENTAÇÃO	13 551,14	15 000,00	2 006,83	-11 544,31	-12 993,17
6267	LIMPEZA, HIGIENE E CONFORTO	24 325,32	25 200,00	28 402,98	4 077,66	3 202,98
6268	OUTROS SERVIÇOS	0,00	3 720,00	0,00	0,00	-3 720,00

Tabela 4 – Fornecimentos e Serviços Externos (Executado vs. Orçamentado)

Da análise do quadro anterior, constata-se que a rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos teve uma variação negativa de 52.333,42 euros face ao orçamento, justificado em grande medida pelo incremento das rubricas de publicidade e propaganda e ferramentas e utensílios.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS		Execução	Orçamento	Execução	Variação	Variação
GASTOS		2024	2025	2025	2024 vs 2025	orçamentado vs executado
63	GASTOS COM PESSOAL	724 567,26	771 040,89	792 036,63	67 469,37	20 987,74
632	REMUNERAÇÕES DO PESSOAL	597 399,99	617 985,96	693 938,23	98 538,24	77 952,27
6321-6327	VENCIMENTO BASE	352 091,63	407 985,96	406 747,38	54 655,75	-1 238,58
6328	COMPENSAÇÃO Bombeiros Voluntários	245 308,36	210 000,00	289 190,85	43 882,49	79 190,85
634	INDENIZIAÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
635	ENCARGOS SOBRE REMUNERAÇÕES	75 963,02	80 919,54	76 253,54	290,52	-4 666,00
636	SEGUROS DE ACIDENTES TRABALHO	11 669,60	17 143,39	11 609,82	-59,78	-5 533,57
637	GASTOS ACÇÃO SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
638	OUTROS GASTOS COM PESSOAL	39 534,65	55 000,00	8 235,04	-31 299,61	-46 764,96

Tabela 5 – Gastos com pessoal (Executado vs. Orçamentado)

A rubrica de gastos com pessoal registou um total de 792.036,63 euros e um aumento face a 2024 de 67.469,37 euros, justificado não só pelo aumento da Remuneração Mínima Mensal Garantida e pelo aumento do valor de compensações aos bombeiros voluntários como também pelo reforço das equipas de intervenção e de transporte de doentes, contratados pela Associação, para fazer face aos contratos e protocolos assinados. O valor das atualizações salariais foi, em parte, compensado no lado da receita com o subsídio da Câmara Municipal de Coimbra e da ANEPC - relativo à comparticipação das duas equipas de EIP, além do aumento nas prestações de serviços.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS		Execução	Orçamento	Execução	Variação	Variação
GASTOS		2024	2025	2025	2024 vs 2025	orçamentado vs executado
68	OUTROS GASTOS E PERDAS	97,56	400,00	438,77	341,21	38,77
681	IMPOSTOS	50,40	100,00	9,38	-41,02	-90,62
688	OUTROS	47,16	300,00	429,39	382,23	129,39
6881	CORREÇÕES RELATIVAS A EXERCÍCIOS ANTERIOR	0,00	0,00	35,89	35,89	35,89
6881	OUTROS	47,16	300,00	393,50	346,34	93,50

Tabela 6 – Outros Gastos e Perdas (Executado vs. Orçamentado)

A rubrica de Outros Gastos e Perdas registou um total de 438,77 euros, valor superior ao orçamentado.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS		Execução	Orçamento	Execução	Variação
Rendimentos e Ganhos		2024	2025	2025	orçamentado vs executado
Rendimentos e Ganhos					
Vendas		0,00	0,00	0,00	0,00
Prestações de serviços		476 109,62	220 000,00	471 522,59	251 522,59
Variações nos inventários da produção		0,00	0,00	0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios, doações e legados à exploração		679 039,94	1 055 840,00	900 039,69	-155 800,31
Reversões		0,00	0,00	0,00	0,00
Ganhos por aumentos de justo valor		0,00	0,00	0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos		41 036,39	45 337,55	20 014,62	-25 322,93
Juros, dividendos e outros rendimentos		534,54	600,00	721,82	121,82
s Classe		1 196 720,49	1 321 777,55	1 392 298,72	70 521,17

Tabela 7 – Rendimentos e Ganhos (Executado vs. Orçamentado)

O total de rendimentos e ganhos realizado foi de 1.392.298,72 euros. No ano de 2024 o realizado foi de 1.196.720,49 euros, registando-se, assim, uma variação positiva no valor de 195 mil euros.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS RENDIMENTOS	Execução 2024	Orçamento 2025	Execução 2025	Variação 2024 vs 2025	Variação orçamentado vs executado
<b>72 PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS</b>	<b>476 109,62</b>	<b>220 000,00</b>	<b>471 522,59</b>	<b>-4 587,03</b>	<b>251 522,59</b>
722 QUOTIZAÇÕES E JOIAS	71 889,00	66 000,00	92 061,28	20 172,28	26 061,28
723 PROMOÇÕES PARA CAPTAÇÃO DE RECURSOS E PATROCINADORES	0,00	20 000,00	0,00	0,00	-20 000,00
724 RENDIMENTOS DE PATROCINADORES E COLABORAÇÕES	0,00	43 000,00	0,00	0,00	-43 000,00
725 OUTROS	404 220,62	91 000,00	379 461,31	-24 759,31	288 461,31
7251 Serviço de Ambulâncias	280 293,12	75 000,00	177 078,75	-103 214,37	102 078,75
7252 Serviço de Auto Tanque	0,00	16 000,00	0,00	0,00	-16 000,00
7253 Outros Serviços	123 927,50	0,00	202 382,56	78 455,06	202 382,56
729 ...				0,00	0,00

Tabela 8 – Prestações de Serviços (Executado vs. Orçamentado)

Esta rubrica registou um total de 471.522,59 euros, sendo que a rubrica mais significativa é a de “Outros serviços” onde se incluem os serviços de ambulância com um total de 177.078,75 euros. As quotizações e joias aumentaram 20.172,28 euros em relação ao ano de 2024.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS RENDIMENTOS	Execução 2024	Orçamento 2025	Execução 2025	Variação 2024 vs 2025	Variação orçamentado vs executado
<b>75 SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO</b>	<b>679 039,94</b>	<b>1 055 840,00</b>	<b>900 039,69</b>	<b>219 566,10</b>	<b>36 916,70</b>
751 SUBSÍDIOS DO ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	476 844,73	559 840,00	591 398,02	114 553,29	31 558,02
7511 AUTORIDADE DE PROTEÇÃO CIVIL	327 101,88	391 000,00	413 705,39	86 603,51	22 705,39
7512 MUNICÍPIO DE COIMBRA	149 742,85	168 840,00	177 692,63	27 949,78	8 852,63
7513 OUTROS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
752 SUBSÍDIOS DE OUTRAS ENTIDADES	105 087,58	381 000,00	209 047,16	102 525,93	20 784,17
7522 PATROCÍNIOS	1 000,00	211 000,00	0,00	-1 000,00	-211 000,00
7524 INEM	88 258,24	170 000,00	190 784,17	102 525,93	20 784,17
7526 IEFP	12 829,34	0,00	15 262,99	2 433,65	15 262,99
7527 U.F. COIMBRA	3 000,00	0,00	3 000,00	0,00	0,00
7525 IAPMEI - RIMG 2022	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
753 DOAÇÕES E HERANÇAS	97 107,63	115 000,00	99 594,51	2 486,88	-15 405,49
7531 DONATIVOS ASSOCIAÇÕES/EMPRESAS/PARTICULARES	72 346,08	70 000,00	72 978,65	632,57	2 978,65
7532 CONSIGNAÇÃO IRS	24 761,55	45 000,00	26 615,86	1 854,31	-18 384,14

Tabela 9 – Subsídios à Exploração (Executado vs. Orçamentado)

Do quadro anterior, constata-se que a rubrica de subsídios à exploração superou o ano de 2024 em 219.566,10€.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS RENDIMENTOS	Execução 2024	Orçamento 2025	Execução 2025	Variação 2024 vs 2025	Variação orçamentado vs executado
<b>78 OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS</b>	<b>41 036,39</b>	<b>45 337,55</b>	<b>20 014,62</b>	<b>-21 021,77</b>	<b>-25 322,93</b>
781 RENDIMENTOS SUPLEMENTARES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
782 DESCONTOS DE PRONTO PAGAMENTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
787 RENDIMENTOS E GANHOS INVEST.NÃO FINANCEIROS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
788 OUTROS	41 036,39	45 337,55	20 014,62	-21 021,77	-25 322,93

Tabela 10 – Outros Rendimentos (Executado vs. Orçamentado)

Do quadro anterior, constata-se que a rubrica de outros rendimentos e ganhos foi inferior ao orçamentado no valor de 25.322,93€.

## 2. EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA ASSOCIAÇÃO

A evolução da atividade da Entidade continuará a decorrer num contexto económico internacional marcado por algum grau de incerteza, associado a tensões geopolíticas persistentes, volatilidade nos mercados internacionais e ajustamentos nas cadeias de comércio global. Estes fatores têm impacto indireto na economia europeia e portuguesa, designadamente através da evolução dos preços da energia, das matérias-primas e das condições financeiras.

Apesar deste enquadramento, as perspetivas para a economia portuguesa mantêm-se globalmente favoráveis, prevendo-se um crescimento moderado da atividade económica e uma progressiva estabilização da inflação em torno dos níveis próximos do objetivo do Banco Central Europeu. Este cenário é suportado pela resiliência do mercado de trabalho, pela recuperação gradual do poder de compra das famílias e pelo investimento associado aos fundos europeus, designadamente no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência. Ainda assim, subsistem riscos associados à evolução do contexto económico internacional, à execução do investimento público e à evolução das condições financeiras, fatores que poderão influenciar o ritmo de crescimento económico e o nível de confiança dos agentes económicos.

Neste enquadramento, e considerando a natureza social da sua missão, a Entidade continuará a desenvolver a sua atividade procurando responder de forma eficaz às necessidades da comunidade, assegurando simultaneamente uma gestão prudente e sustentável dos seus recursos.

Apesar das incertezas associadas ao contexto económico e social, a Direção considera que não existem, à data, indícios que coloquem em causa a continuidade das operações da Entidade, mantendo-se adequado o pressuposto da continuidade na preparação das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

*Handwritten notes in blue ink:*  
A  
→  
R  
/

### **3. DATA DE AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2025 foram aprovadas pela Direção para emissão em 18 de março de 2026.

### **4. INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS**

A Direção informa que a Associação não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de novembro.

Nos termos do artigo 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Direção informa que a situação da Instituição perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

### **5. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS**

A Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Coimbra apresentou um resultado líquido do período positivo no montante de 199.975,58 euros (cento e noventa e nove mil novecentos e setenta e cinco euros e cinquenta e oito cêntimos).

A Direção propõe que o resultado líquido do período de 2025 seja mantido na rubrica de resultados transitados.

# Demonstrações Financeiras

## Balanco analítico

O quadro que se segue apresenta ao balanço analítico no final do ano de 2025.

Associação Bombeiros Voluntários de Coimbra

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31-12-2025	31/12/2024
<b>Ativo</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	5	2 266 907,70	2 181 686,27
Bens do património histórico e cultural			
Propriedades de investimento			
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros	6	1 236,99	1 236,99
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Subtotal		2 268 144,69	2 182 923,26
<b>Ativo corrente</b>			
Inventários			
Créditos a receber	7	44 235,68	29 425,24
Adiantamentos a fornecedores			
Estado e outros Entes Públicos	8	18 487,17	9 147,66
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Outras Ativos Correntes	9	103 705,77	24 243,71
Diferimentos	10	127,28	2 450,15
Outros Ativos financeiros			
Caixa e depósitos bancários	11	87 196,92	195 475,90
Subtotal		253 752,82	260 742,66
<b>Total do Ativo</b>		<b>2 521 897,51</b>	<b>2 443 665,92</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>Fundos patrimoniais</b>			
Fundos	12	133 930,36	133 930,36
Excedentes técnicos			
Reservas			
Resultados transitados	12	234 005,36	144 078,91
Excedentes de revalorização	12	1 006 398,50	1 006 398,50
Outras variações nos fundos patrimoniais	12	733 760,23	753 027,43
Resultado Líquido do período		199 975,58	89 926,45
<b>Total do fundo do capital</b>		<b>2 308 070,03</b>	<b>2 127 361,65</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões			
Provisões específicas			
Financiamentos obtidos	13	21 335,68	109 098,30
Outras contas a pagar			
Subtotal		21 335,68	109 098,30
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	14	63 701,28	53 965,49
Adiantamentos de clientes			
Estado e outros Entes Públicos	8	20 877,05	24 081,52
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Financiamentos obtidos	13	49 849,85	72 958,85
Diferimentos	10		
Outros passivos financeiros	15	58 063,62	56 200,11
Subtotal		192 491,80	207 205,97
<b>Total do passivo</b>		<b>213 827,48</b>	<b>316 304,27</b>
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>		<b>2 521 897,51</b>	<b>2 443 665,92</b>

Coimbra, 18 de março de 2026

O Contabilista Certificado  
(CC N.º 12080)

A Direção

## Demonstração de resultados por Naturezas

Associação Bombeiros Voluntários de Coimbra

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2025	2024
Vendas e serviços prestados	16	471 522,59	476 149,62
Subsídios, doações e legados à exploração	17	873 423,83	654 238,39
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas			
Fornecimentos e serviços externos	18	(270 443,98)	(264 127,74)
Gastos com o pessoal	19	(792 036,63)	(724 567,26)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Provisões específicas (aumentos/reduções)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos e ganhos	20	47 352,30	66 332,48
Outros gastos e perdas	21	(771,18)	(173,32)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>329 046,93</b>	<b>207 852,17</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	(126 605,21)	(114 064,35)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>202 441,72</b>	<b>93 787,82</b>
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados	22	(2 466,14)	(3 861,37)
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>199 975,58</b>	<b>89 926,45</b>
Imposto sobre o rendimento do período			
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>199 975,58</b>	<b>89 926,45</b>

Coimbra, 18 de março de 2026

O Contabilista Certificado  
(CC N.º 12080)

A Direção

## Demonstração dos Fluxos de Caixa

Associação Bombeiros Voluntários de Coimbra

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2025	2024
<b>Fluxos de caixa das actividade operacionais - método directo</b>			
Recebimentos de clientes e utentes		478 429,11	496 670,43
Pagamentos de subsídios			
Pagamentos de apoios			
Pagamentos de bolsas			
Pagamento a fornecedores		(260 708,19)	(333 745,07)
Pagamentos ao pessoal		(788 791,56)	(702 339,56)
Caixa gerada pelas operações		(571 070,64)	(539 414,20)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos/pagamentos		787 566,65	683 473,08
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		216 496,01	144 058,88
<b>Fluxos de caixa das actividade de investimento</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Ativos fixos tangíveis		(211 826,64)	(75 584,86)
Ativos intangíveis		-	-
Investimentos financeiros		-	-
Outros Ativos		-	-
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Ativos fixos tangíveis		-	-
Ativos intangíveis		-	-
Investimentos financeiros		-	-
Outros Ativos		-	-
Subsídios ao investimento		-	-
Juros e rendimentos similares		721,82	534,54
Dividendos		-	-
Fluxos de caixa das actividade de de investimento (2)		(211 104,82)	(75 050,32)
<b>Fluxos de caixa das actividade de financiamento</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Financiamentos obtidos			
Realizações de fundos			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Financiamentos obtidos		(110 871,62)	(29 038,36)
Juros e gastos similares		(2 798,55)	(3 937,13)
Dividendos			
Reduções do fundo			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das actividade de financiamento (3)		(113 670,17)	(32 975,49)
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>		<b>(108 278,98)</b>	<b>36 033,07</b>
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>			
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>	11	195 475,90	159 442,83
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	11	<b>87 196,92</b>	<b>195 475,90</b>

Coimbra, 18 de março de 2026

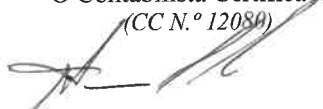
O Contabilista Certificado  
(CC N.º 12080)

A Direção

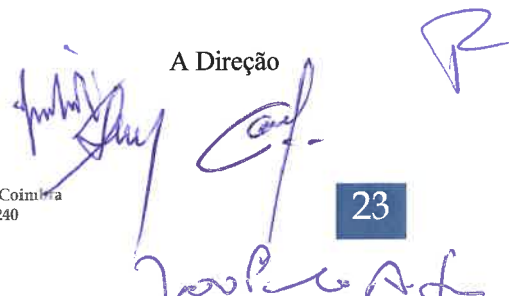
## Demonstração das alterações nos Fundos Próprios

Associação Bombeiros Voluntários de Coimbra DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 204		Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores de entidade-mãe						Unidade Monetária: Euros		
		Notas	Fundos	Resultados Transfidos	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	Interesses minoritários	Total dos Fundos Patrimoniais
1	POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 204		133 930,36	69 016,85	1 006 398,50	790 812,31	75 062,06	-	-	-
2	ALTERAÇÕES NO PERÍODO Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais		-	75 062,06	-	(37 784,88)	(75 062,06)	-	-	-
3	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		-	75 062,06	-	(37 784,88)	(75 062,06)	-	-	-
4=2+3	RESULTADO EXTENSIVO		-	75 062,06	-	(37 784,88)	(75 062,06)	-	-	-
5	OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO		-	-	-	-	89 926,45	-	-	-
6=1+2+3+4	POSICÃO NO FIM DO ANO 204		133 930,36	144 078,91	1 006 398,50	753 027,43	89 926,45	-	-	-
Associação Bombeiros Voluntários de Coimbra DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 205		Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores de entidade-mãe						Unidade Monetária: Euros		
		Notas	Fundos	Resultados Transfidos	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	Interesses minoritários	Total dos Fundos Patrimoniais
6	POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 205		133 930,36	144 078,91	1 006 398,50	753 027,43	89 926,45	-	-	-
7	ALTERAÇÕES NO PERÍODO Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais		-	89 926,45	-	(19 267,20)	(89 926,45)	-	-	-
8	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		-	89 926,45	-	(19 267,20)	(89 926,45)	-	-	-
9=7+8	RESULTADO EXTENSIVO		-	89 926,45	-	(19 267,20)	(89 926,45)	-	-	-
10	OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO		-	-	-	-	199 975,58	-	-	-
6+7+8+9+10	POSICÃO NO FIM DO ANO 205		133 930,36	234 005,36	1 006 398,50	733 760,23	199 975,58	-	-	-

Coimbra, 18 de março de 2026

O Contabilista Certificado  
(CC N.º 12080)


A Direção



# Anexo

## 1. Identificação da Entidade

Associação Humanitária De Bombeiros Voluntários De Coimbra  
Avenida Fernão de Magalhães, 178, código postal 3000-176 Coimbra

Fundada em 1989 a AHBVC é uma Instituição de utilidade pública que presta relevantes e continuados serviços à comunidade tais como: a) A prevenção e o combate a incêndios; b) O socorro às populações, em caso de incêndios, inundações, desabamentos e, de um modo geral, em todos os acidentes; c) O socorro a náufragos e buscas subaquáticas; d) O socorro e transporte de acidentados e doentes, incluindo a urgência pré-hospitalar, no âmbito do sistema integrado de emergência médica; e) A emissão, nos termos da lei, de pareceres técnicos em matéria de prevenção e segurança contra riscos de incêndio e outros sinistros; f) A participação em outras actividades de protecção civil, no âmbito do exercício das funções específicas que lhes forem cometidas; g) O exercício de actividades de formação e sensibilização, com especial incidência para a prevenção do risco de incêndio e acidentes junto das populações; h) A participação em outras acções e o exercício de outras actividades, para as quais estejam tecnicamente preparados e se enquadrem nos seus fins específicos e nos fins das respectivas entidades detentoras; i) A prestação de outros serviços previstos nos regulamentos internos e demais legislação aplicável.

## 2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. As Demonstrações Financeiras do período de N foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março e, republicado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho; e
- Normas Interpretativas (NI).

### 2.2. Derrogação das disposições do SNC-ESNL

*Não aplicável*

**2.3. Conteúdos não comparáveis com o exercício anterior**

*Não aplicável*

**2.4. Conteúdos não comparáveis com o exercício anterior**

*Não aplicável*

**3. Principais políticas contabilísticas**

---

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

**3.1. Bases de apresentação**

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as seguintes Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF):

**3.1.1. Continuidade**

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Instituição continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

**3.1.2. Regime do acréscimo ou da periodização económica**

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo reconhecidos contabilisticamente e apresentados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são reconhecidos nas respetivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".

**3.1.3. Consistência de apresentação**

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

**3.1.4. Materialidade e agregação**

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificarem a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste Anexo.

Z. G

### 3.1.5. Compensação

Devido à importância dos Ativos e Passivos em serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

### 3.1.6. Informação comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo de todo o tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

## 3.2. Políticas de reconhecimento e mensuração

### 3.2.1. Ativos fixos tangíveis

Com exceção da rubrica “edifícios e outras construções”, Os “Ativos fixos tangíveis” encontram-se reconhecidos ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente reconhecidos, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os Ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos Ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

A rubrica de “edifícios e outras construções” encontra-se mensurada ao justo valor de acordo com o modelo de revalorização de ativos, tomando por base o valor patrimonial tributário de cada um dos imóveis que compõem a rubrica.

Os Ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos Ativos são reconhecidas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	5-50
Equipamento básico	4-8
Equipamento de transporte	3-7
Ferramentas e utensílios	3-7
Equipamento administrativo	2-10
Outros ativos fixos tangíveis	2-4

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada Ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de Ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos" ou "Outros gastos".

### 3.2.2. Ativos intangíveis

Os "Ativos intangíveis" encontram-se reconhecidos ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os Ativos estejam em condições de serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Os ativos intangíveis são amortizados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso, pelo método da linha reta, o qual corresponde a 3 anos.

O valor residual de um "Ativo intangível" com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se: (i) Houver um compromisso de um terceiro de comprar o Ativo no final da sua vida útil, ou (ii) Houver um mercado ativo para este Ativo, e (ii) Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

### 3.2.3. Inventários

Os "Inventários" estão reconhecidos ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é reconhecida como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado. Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis devem ser atribuídos custos individuais através do uso de identificação específica.

Os Inventários que a Entidade detém que se destinam a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

### 3.2.4. Clientes e outros ativos correntes

Os “Clientes” e as “Outros ativos correntes” encontram-se reconhecidos pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por imparidade” são reconhecidas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como ativo corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como ativos não correntes.

### 3.2.5. Caixa e depósitos bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

### 3.2.6. Fornecedores e outros passivos correntes

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são reconhecidos pelo seu valor nominal que é substancialmente idêntico ao seu justo valor.

### 3.2.7. Fundos patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos Ativos após dedução dos Passivos.

Os “Fundos patrimoniais” são compostos por: (i) fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros; (ii) fundos acumulados e outros excedentes; (iii) subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

### 3.2.8 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

A Entidade analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultam de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

Os passivos contingentes são definidos pela Entidade como (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da Entidade ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo anexo objeto de divulgação, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objeto de divulgação.

Os ativos contingentes são possíveis ativos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência só se confirmará pela ocorrência, ou não, um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas unicamente objeto de divulgação quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

### 3.2.9. Estado e outros entes públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) “As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o despectivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;
- b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor-geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;
- c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87 do CIRC. Acresce ao valor da coleta

de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de N-3 a N ainda poderão estar sujeitas a revisão.

### 3.2.10. Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pela Direção. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável, as faltas autorizadas e remuneradas.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes se encontram reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação de emprego, quer por decisão unilateral da Entidade, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorreram.

### 3.2.11. Subsídios e outros apoios de entidades públicas

Os subsídios e outros apoios de entidades públicas são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a AHBVC cumpre todas as condições para o receber.

Os subsídios ao investimento atribuídos a fundo perdido estão reconhecidos em balanço numa rubrica "Fundos Patrimoniais" e são imputados à demonstração dos resultados de cada período, proporcionalmente às depreciações dos ativos subsidiados.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

### 3.2.12. Fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada através do método direto. A Entidade classifica na rubrica "Caixa e seus equivalentes" os montantes de caixa e depósitos ordem.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos ao pessoal e outros relacionados com a

atividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e venda de ativos.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, nomeadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a financiamentos obtidos.

### 3.2.13. Saldos e transações expressos em moeda estrangeira

Os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para euros, utilizando-se as taxas de câmbio vigentes em 31 de dezembro de 2025.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes nas datas das cobranças, pagamentos ou à data de balanço, foram registadas como proveitos e custos na demonstração dos resultados do exercício.

### 3.2.14. Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras, a entidade adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos apresentados. Todas as estimativas e assunções efetuadas pela Direção foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem, nomeadamente, análises de imparidade nas contas a receber.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospetiva.

### 3.2.15. Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data de Balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existam à data do Balanço são refletidos nas Demonstrações Financeiras. Os eventos após a data do Balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do Balanço, se materiais, são divulgados no Anexo.

### 3.2.16. Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no presente anexo.

### 3.2.17. Principais fontes de incerteza

As estimativas de valores futuros que foram reconhecidos nas demonstrações financeiras refletem a evolução previsível da Entidade no quadro do seu plano estratégico e as informações disponíveis face a acontecimentos passados e situações equivalentes de outras entidades do setor, não sendo previsível qualquer alteração significativa deste enquadramento a curto prazo que possa pôr em causa a validade dessas estimativas ou implicar um risco significativo de ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos ativos e passivos no próximo período.

### 4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

### 5. Ativos fixos tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos indicados, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

#### 5.1. Outros Ativos Fixos Tangíveis

	Saldo em 01-Jan-2025	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2025
<b>Custo</b>						
Terrenos e recursos naturais	1 006 398,50	-	-	-	-	<b>1 006 398,50</b>
Edifícios e outras construções	1 059 205,66	-	-	-	-	<b>1 059 205,66</b>
Equipamento básico	429 171,58	40 092,23	-	-	-	<b>469 263,81</b>
Equipamento de transporte	626 363,35	171 734,41	-	-	-	<b>798 097,76</b>
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	21 452,02	-	-	-	-	<b>21 452,02</b>
Outros Ativos fixos tangíveis	11 874,73	-	-	-	-	<b>11 874,73</b>
Investimentos em Curso	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>3 154 465,84</b>	<b>211 826,64</b>	-	-	-	<b>3 366 292,48</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	129 076,57	19 785,37	-	-	-	<b>148 861,94</b>
Equipamento básico	391 147,53	15 469,26	-	-	-	<b>406 616,79</b>
Equipamento de transporte	419 228,72	91 350,58	-	-	-	<b>510 579,30</b>
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	21 452,02	-	-	-	-	<b>21 452,02</b>
Outros Ativos fixos tangíveis	11 874,73	-	-	-	-	<b>11 874,73</b>
<b>Total</b>	<b>972 779,57</b>	<b>126 605,21</b>	-	-	-	<b>1 099 384,78</b>

	Saldo em 01-Jan-2024	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2024
<b>Custo</b>						
Terrenos e recursos naturais	1 006 398,50	-	-	-	-	<b>1 006 398,50</b>
Edifícios e outras construções	1 059 205,66	-	-	-	-	<b>1 059 205,66</b>
Equipamento básico	417 561,12	11 610,46	-	-	-	<b>429 171,58</b>
Equipamento de transporte	562 388,95	63 974,40	-	-	-	<b>626 363,35</b>
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	21 452,02	-	-	-	-	<b>21 452,02</b>
Outros Ativos fixos tangíveis	11 874,73	-	-	-	-	<b>11 874,73</b>
Investimentos em Curso	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>3 078 880,98</b>	<b>75 584,86</b>	-	-	-	<b>3 154 465,84</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	108 860,15	20 216,42	-	-	-	<b>129 076,57</b>
Equipamento básico	367 920,92	23 226,61	-	-	-	<b>391 147,53</b>
Equipamento de transporte	348 607,40	70 621,32	-	-	-	<b>419 228,72</b>
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	21 452,02	-	-	-	-	<b>21 452,02</b>
Outros Ativos fixos tangíveis	11 874,73	-	-	-	-	<b>11 874,73</b>
<b>Total</b>	<b>858 715,22</b>	<b>114 064,35</b>	-	-	-	<b>972 779,57</b>

## 7. Créditos a receber

Para os períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 a rubrica “Créditos a receber” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
<b>Clientes e Utentes c/c</b>	<b>44 235,68</b>	<b>29 425,24</b>
Clientes	44 235,68	29 425,24
Utentes	-	-
<b>Clientes e Utentes títulos a receber</b>	-	-
<b>Clientes e Utentes factoring</b>	-	-
<b>Clientes e Utentes cobrança duvidosa</b>	-	-
Clientes	-	-
Utentes	-	-
<b>Outras Contas a Receber</b>	<b>103 705,77</b>	<b>24 243,71</b>
<b>Total</b>	<b>147 941,45</b>	<b>53 668,95</b>

## 8. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e Outros Entes Públicos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
<b>Ativo</b>		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	18 487,17	9 147,66
Outros Impostos e Taxas	-	-
<b>Total</b>	<b>18 487,17</b>	<b>9 147,66</b>
<b>Passivo</b>		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	-	-
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	12 983,00	13 631,50
Segurança Social	7 894,05	10 450,02
Outros Impostos e Taxas	-	-
<b>Total</b>	<b>20 877,05</b>	<b>24 081,52</b>

### 9. Outros ativos correntes

A rubrica "Outros ativos correntes" apresenta em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a seguinte decomposição:

Descrição	2025	2024
Adiantamentos ao pessoal	72,78	-
Adiantamentos a Fornecedores		
Devedores por acréscimos de rendimentos	103 632,99	24 243,71
Autoridade Proteção Civil	103 632,99	24 243,71
Câmara Municipal de Coimbra	-	-
Outros Devedores		
Entidades Devedoras de Subsídios		
Subsídios a Receber		
Outros		
Perdas por Imparidade	-	-
<b>Total</b>	<b>103 705,77</b>	<b>24 243,71</b>

### 10. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica "Diferimentos" apresenta os seguintes saldos:

Descrição	2025	2024
<b>Gastos a reconhecer</b>		
Seguros	127,28	2 450,15
Outros		
Indeminização	-	-
<b>Total</b>	<b>127,28</b>	<b>2 450,15</b>
<b>Rendimentos a reconhecer</b>		
Outros (Subsídios ao Investimento)		
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

### 11. Caixa e depósitos bancários

A rubrica de "Caixa e depósitos bancários", a 31 de dezembro de 2025 e 2024, encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Caixa	12,65	131,47
Depósitos à ordem	59 658,84	131 382,07
Depósitos a prazo	27 525,43	63 962,36
Outros	-	-
<b>Total</b>	<b>87 196,92</b>	<b>195 475,90</b>

**12. Fundos patrimoniais**

Nos "Fundos patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2025	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2025
Fundos	133 930,36	-	-	<b>133 930,36</b>
Excedentes técnicos	-	-	-	-
Reservas	-	-	-	-
Resultados transitados	144 078,91	89 926,45	-	<b>234 005,36</b>
Excedentes de revalorização	1 006 398,50	-	-	<b>1 006 398,50</b>
Outras variações nos fundos patrimoniais	753 027,43	-	(19 267,20)	<b>733 760,23</b>
<b>Total</b>	<b>2 037 435,20</b>	<b>89 926,45</b>	<b>(19 267,20)</b>	<b>2 108 094,45</b>

Na rubrica Resultados Transitados foi considerado o resultado líquido do período findo em 2025.

**13. Financiamentos obtidos**

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 a entidade apresenta os seguintes valores relativos a "Financiamentos obtidos":

Descrição	2025		2024	
	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente
Empréstimos Bancários	8 803,43	6 023,16	32 015,96	52 739,74
Leasings	41 046,42	15 312,52	40 942,89	56 358,56
<b>Total</b>	<b>49 849,85</b>	<b>21 335,68</b>	<b>72 958,85</b>	<b>109 098,30</b>

**14. Fornecedores**

O saldo da rubrica de "Fornecedores" encontra-se discriminado da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Fornecedores c/c	63 701,28	53 965,49
Fornecedores títulos a pagar	-	-
Fornecedores facturas em recepção e conferência	-	-
<b>Total</b>	<b>63 701,28</b>	<b>53 965,49</b>

**15. Outros passivos correntes**

A rubrica "Outros passivos correntes" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2025		2024	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
<b>Pessoal</b>	-	-	-	-
<b>Fornecedores de Investimentos</b>	-	-	-	-
<b>Credores por acréscimos de gastos</b>	-	<b>57 773,18</b>	-	<b>55 838,21</b>
Remunerações a liquidar	-	57 531,27	-	54 213,42
Outros acréscimos	-	241,91	-	1 624,79
<b>Outros credores</b>	-	<b>290,44</b>	-	<b>361,90</b>
Cauções	-	-	-	-
Outros acréscimos	-	-	-	-
<b>Total</b>	-	<b>58 063,62</b>	-	<b>56 200,11</b>

**16. Vendas e serviços prestados**

Para os períodos de 2025 e 2024 foram reconhecidos os seguintes valores relativos a "Vendas e Serviços Prestados":

Descrição	2025	2024
<b>Vendas</b>	-	-
<b>Prestação de Serviços</b>	<b>471 522,59</b>	<b>476 149,62</b>
Quotas e Jóias	92 061,28	71 929,00
Serviços de ambulância	177 078,75	280 293,12
Outros Serviços	202 382,56	123 927,50
<b>Total</b>	<b>471 522,59</b>	<b>476 149,62</b>

**17. Subsídios, doações e legados à exploração**

Nos períodos de 2025 e 2024, a Entidade detinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios, doações e legados à exploração":

Descrição	2025	2024
<b>Autoridade de Proteção Civil</b>	<b>413 705,39</b>	<b>327 101,88</b>
<b>Subsídios de Outros Organismos do Setor Público</b>	<b>386 739,79</b>	<b>254 830,43</b>
CMC	177 692,63	149 742,85
Outros	209 047,16	105 087,58
Subsídios de Outras Entidades	-	-
Doações	72 978,65	72 306,08
<b>Total</b>	<b>873 423,83</b>	<b>654 238,39</b>

## 18. Fornecimentos e Serviços Externos

A repartição dos “Fornecimentos e Serviços Externos” nos períodos de 2025 e de 2024, foi a seguinte:

Descrição	2025	2024
<b>Subcontratos</b>	-	-
<b>Serviços especializados</b>	<b>122 734,82</b>	<b>119 540,50</b>
<b>Materiais</b>	<b>31 022,11</b>	<b>39 657,13</b>
<b>Energia e fluidos</b>	<b>56 687,20</b>	<b>52 058,63</b>
<b>Deslocações, estadas e transportes</b>	<b>475,59</b>	<b>306,61</b>
<b>Serviços diversos</b>	<b>59 524,26</b>	<b>52 564,87</b>
Rendas e alugueres	120,00	412,66
Comunicação	8 804,72	6 162,49
Seguros	20 130,18	8 113,26
Contencioso e notariado	59,55	
Despesas de representação	2 006,83	13 551,14
Limpeza, higiene e conforto	28 402,98	24 325,32
Outros serviços		
<b>Outros Custos Operacionais</b>	-	-
<b>Total</b>	<b>270 443,98</b>	<b>264 127,74</b>

## 19. Gastos com o pessoal

Os gastos que a Instituição incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2025	2024
Remunerações aos Órgãos Sociais	-	-
Remunerações ao Pessoal	406 747,38	352 091,63
Compensação Corpo Voluntário	289 190,85	245 308,36
Benefícios Pós-Emprego	-	-
Indemnizações	-	-
Encargos sobre as Remunerações	76 253,54	75 963,02
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	11 609,82	11 669,60
Gastos de Acção Social	-	-
Outros Gastos com o Pessoal	8 235,04	39 534,65
<b>Total</b>	<b>792 036,63</b>	<b>724 567,26</b>

## 20. Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Rendimentos Suplementares		
Descontos de pronto pagamento obtidos	-	-
Recuperação de dívidas a receber	-	-
Ganhos em inventários	-	-
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros	-	-
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	-	-
Consignação IRS	-	-
Outros rendimentos e ganhos	47352,3	66332,48
Subsídios ao Investimento	-	-
<b>Total</b>	<b>47 352,30</b>	<b>66 332,48</b>

## 21. Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Impostos	9,38	-
Descontos de pronto pagamento concedidos	-	-
Dívidas incobráveis	-	-
Perdas em inventários	-	-
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-
Gastos e perdas nos restantes activos financeiros	-	-
Gastos e perdas investimentos não financeiros	-	-
Correções exercícios anteriores	35,89	-
Outros Gastos e Perdas	725,91	173,32
<b>Total</b>	<b>771,18</b>	<b>173,32</b>

## 22. Resultados financeiros

Nos períodos de 2025 e 2024 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2025	2024
<b>Juros e gastos similares suportados</b>		
Juros suportados	-	-
Outros gastos e perdas de financiamento	2 466,14	3 861,37
<b>Total</b>	<b>2 466,14</b>	<b>3 861,37</b>
<b>Juros e rendimentos similares obtidos</b>		
Juros obtidos	-	-
Outros rendimentos similares	-	-
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Resultados financeiros</b>	<b>(2 466,14)</b>	<b>(3 861,37)</b>

### 23. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

---

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de novembro.

Nos termos do artigo 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Direção informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de N foram aprovadas pela Direção para emissão em 18 de março de 2026.

### 28. Acontecimentos após data de Balanço

---

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram quaisquer factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Coimbra, 18 de março de 2026



O Contabilista Certificado

(CC N.º 12080)

A Direção

